



**Este artigo** está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**Você tem direito de:**

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

**De acordo com os termos seguintes:**

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

**Sem restrições adicionais** — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



**This article** is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

**You are free to:**

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

**Under the following terms:**

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

**No additional restrictions** — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

# As Relações Preferenciais entre a China e a Península Malásia (II)

Paulo Antônio Pedreira Pinto\*

Na artigo anterior, mencionou-se que a Malásia tem representando laboratório de experimentação para a convivência, entre uma população de maioria islâmica e um porcentual expressivo de pessoas de origem chinesa. Foi ressaltado, também, que as formas de integração entre aqueles grupos culturais refletem-se em novas modalidades de desenvolvimento e paz, no Sudeste Asiático.

O objetivo principal da atual série de exercícios de reflexão continua a ser, no contexto internacional pós 11 de setembro de 2001, o de analisar como o esforço de composição permanente, no sentido da manutenção da harmonia e convivência pacífica entre os de origem sínica e os de fé islâmica, na Malásia, serviria como inspiração para exercício semelhante a ser promovido em outras áreas da Ásia-Pacífico. Pensa-se, principalmente, na região central da China, na província de Xinjiang, onde há expressivo contingente de muçulmanos, bem como a necessidade da RPC de relacionar-se com novas Repúblicas, como a do Tadjiquistão, onde predomina a mesma religião. Nessa perspectiva, como parte inicial do estudo das relações preferencias entre China e Malásia, registrou-se que, nas décadas de 1960 e 70, a Federação Malaya foi cenário de movimentos de insurgência compostos basicamente por chineses e inspirados pela República Popular, fundada em 1949.

A fase de transformação definitiva no diálogo entre Kuala Lumpur e Pequim ocorreu a partir da política externa introduzida pelo Governo malásio, após a turbulência racial de 1969<sup>1</sup>. O novo Primeiro Ministro, Tunku Abdul Razak, começou a dissociar-se de rígida postura pró-ocidental, em favor de política de neutralização do Sudeste Asiático, a ser obtida com o apoio dos Estados Unidos da América, União Soviética e China.

Nesse processo, a proposta de criação de uma ZOPFAN (Zona de Paz Liberdade e Prosperidade no Sudeste Asiático) foi feita, pela

\* Diplomata de carreira. As opiniões expressas neste artigo são veiculadas a título pessoal e não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

<sup>1</sup> "Politics in the ASEAN States", editado por Diane K. Mauzy. Maricans Academic Series. Malásia. 1987. Pag. 138.

MERIDIANO  
47  
Z

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de  
Conjuntura em Relações  
Internacionais

N<sup>os</sup> 19-20

Março/abril – 2002



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

AS RELAÇÕES PREFERENCIAIS  
ENTRE A CHINA E A PENÍNSULA  
MALÁSIA (II)

PAULO ANTÔNIO PEDREIRA PINTO

CYRUS VANCE (1917-2002):

A BUSCA OBSTINADA DA  
DIPLOMACIA

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES

MALVINAS: VINTE ANOS DEPOIS

CARLOS EDUARDO VIDIGAL

GUERRA E REUNIFICAÇÃO NA  
PENÍNSULA COREANA:

IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

JOÃO FÁBIO BERTONHA

O EIXO DO MAL

CRISTINA SOREANU PECEQUILO

A DUPLA METAMORFOSE DO  
ROBERT MUGABE OU: AS

DIMENSÕES DOMÉSTICAS E

INTERNACIONAIS DAS ELEIÇÕES

EM ZIMBÁBUE

WOLFGANG DÖPCKE

## Cyrus Vance (1917-2002): a busca obstinada da diplomacia

Virgílio Caixeta Arraes\*

Na primeira metade da década de 1970, alguns acontecimentos debilitariam a presença republicana na Casa Branca: inflação, desemprego, envolvimento duradouro no Vietnã, renúncia de Richard Nixon e aumento dos preços do petróleo. Diante de tal cenário, esperava-se uma vitória relativamente fácil dos democratas na eleição presidencial de 1976, representados por um ex-Governador da Geórgia, Jimmy Carter. Apesar do desgaste republicano, a vitória democrata foi pequena, com pouco mais de 50% dos votos da população e a margem mais estreita no Colégio Eleitoral desde 1916.

O quadro para os democratas não era animador tanto interna como externamente. Carter teria ao longo do mandato inúmeros reveses administrativos como a tentativa de controlar a inflação – a mais alta desde a II Guerra –, de relacionar-se com o Congresso, cuja maioria era do seu próprio partido, e o envolvimento de funcionários de alto escalão e do próprio irmão em escândalos. Desta forma, quatro anos mais tarde, seria compreensível sua derrota para o ex-Governador da Califórnia, o republicano Ronald Reagan.

No entanto, no campo da política externa, suas ações seriam mais bem avaliadas historicamente, à exceção de uma, já no final do mandato, que seria a questão dos reféns americanos no Irã. Carter iria concluir dois acordos com o Panamá sobre o uso do canal; articularia a paz entre Israel e Egito, que se reconciliariam em março de 1979; completaria o processo de reatamento de relações com a China; assinaria o segundo acordo de redução de armas estratégicas –

Strategic Arms Limitation Talks II – em junho de 79 com a antiga URSS – após longos meses de negociação entre os dois ministros de Relações Exteriores – que, posteriormente, não seria ratificado pelo Senado, como retaliação à ocupação do Afeganistão.

Durante praticamente seu mandato todo, Carter seria secundado nessa área por dois nomes de estilos opostos: Cyrus Vance, renomado advogado e burocrata experiente, que ocuparia o Ministério das Relações Exteriores (Departamento de Estado) – e por Zbigniew Brzezinski, professor de relações internacionais de Harvard e Columbia, que chefiaria o Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República.

Cyrus Robert Vance nasceu na Virgínia, em 1917. Graduar-se-ia em direito por Yale, em 1942. Tendo o país entrado pouco antes na II Guerra, Vance alistar-se-ia na Marinha, servindo no Pacífico como oficial de artilharia. Com o fim do conflito, passaria a advogar em Nova Iorque. Na década de 50, trabalharia no Congresso, como assessor parlamentar. Anos depois, o Presidente Kennedy o teria como assessor no Pentágono. Lá, seria encarregado de negociar com os cubanos a libertação dos americanos envolvidos na malograda invasão da Baía dos Porcos, em 1961. Em função de sua habilidade diplomática, Vance ocuparia a Secretaria do Exército e, mais tarde, a Secretaria-Geral do Ministério da Defesa. Em 1967, seria escalado para mediar a disputa pelo Chipre entre Grécia e Turquia. Auxiliaria também o Embaixador Averell Harriman na Conferência de Paris, em 1968, que traria do cessar fogo entre os Vietnãs.

\* Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB) e mestre e doutorando em História das Relações Internacionais pela mesma universidade.

Nos anos 1970, um ano antes da eleição presidencial, Vance fundaria a Public Agenda, uma organização não governamental dedicada a temas de opinião pública e educacionais. Depois da Convenção Presidencial do Partido Democrata, Vance se tornaria o principal conselheiro de política externa de Carter, sendo apontado como o hipotético chanceler em caso de vitória, ainda que muitos o vissem como excessivamente cauteloso, em oposição ao estilo agressivo de seu futuro colega de equipe e competidor, Zbigniew Brzezinski, que também trabalhara nas administrações Kennedy e Johnson.

Brzezinski era um politólogo, com doutorado em Harvard, cujo foco de estudo se encontrava no mundo comunista. Naturalizado americano, no final da década de 50, Brzezinski, filho de um diplomata polonês, teria uma trajetória administrativa que se chocaria com Vance, no mandato de Carter à frente da Assessoria de Segurança Nacional, em duas oportunidades: no reatamento das relações diplomáticas com a China comunista e na estratégia para resolver a questão dos reféns americanos no Irã revolucionário.

Em relação à China, ao contrário de Vance, mais prudente, Brzezinski cria que era mais importante reatar os laços com esse país do que concluir antes as conversações de limitações de armas de longo alcance com a União Soviética. Brzezinski era um dos partidários do pensamento de que a China, pouco tempo depois da II Guerra, fora perdida para o comunismo pela inabilidade democrata. Vance acreditava que o mecanismo diplomático utilizado na gestão anterior - Nixon-Kissinger - para tratar dos chineses fora equivocado, porque tentara colocar a nação asiática no tabuleiro de negociações para pressionar a URSS. Para ele, seria melhor conceder primazia às relações com os soviéticos.

Brzezinski, cujo estilo era admirado por Carter, logo conseguiu influenciar o Presidente favoravelmente a seu plano. Chegaria a viajar à China em 1978 para tratar pessoalmente com Deng Xiao Ping a normalização das relações, ainda que os soviéticos, por meio

de seu Ministro Gromyko, manifestassem seu desconforto com essa iniciativa. Para Brzezinski, o desafio era manter a situação de Formosa intocada, de forma que os americanos pudessem continuar apoiando o país, com o fornecimento de armas, ao mesmo tempo que reatassem com a China. Para esta, Formosa era inegociável, ou seja, se houvesse o reatamento, não poderia haver mais relacionamento diplomático e militar dos Estados Unidos com o pequeno território.

A China até aceitaria a autonomia relativa, mas nunca uma possível independência. Para o governo americano, isso era facilmente compreendido, mas não para o Congresso, principalmente na base republicana, que não aceitaria uma interrupção do fornecimento de armas “defensivas”. O governo chinês entendia que esse fornecimento incentivaria o governo de Formosa a não continuar as negociações bilaterais para uma futura reunificação territorial. A saída para ambas as potências fora deixar a questão dos armamentos para uma negociação futura. Por fim, Carter obteria uma vitória perante os republicanos. Este contratempo para Vance não o impediria, na década de 90, de desenvolver atividades comerciais ligadas ao país.

Com vistas à questão iraniana, em 1979, haveria uma revolução fundamentalista, que derrubaria o regime do Xá Reza Pahlevi, aliado incondicional do governo americano, cuja administração estava eivada de problemas econômicos e intensa corrupção. O novo governo não estava disposto a manter-se como parceiro próximo dos Estados Unidos, ainda que receasse a intervenção americana, direta ou indiretamente, em um golpe de Estado, como em 1953, ao derrubar o Primeiro-Ministro Mossadegh, que entrou em choque com empresas petrolíferas anglo-saxãs, para conceder o poder absoluto ao Xá.

No final do mesmo ano, como represália à entrada de Reza Pahlevi em território americano para tratamento de saúde, dezenas de funcionários, boa parte diplomatas, lotados na Embaixada dos Estados

Unidos foram tomados como reféns por partidários do novo governo. Os Estados Unidos promoveriam um boicote econômico, incluindo o congelamento dos bens do Irã, e terminariam por romper relações diplomáticas, em função de uma arrastada e ineficiente negociação que se desenvolveria durante cinco meses, quando decidiram promover uma operação de resgate que fracassaria. A operação, conhecida como Desert One, terminaria com a morte de oito americanos. Os iranianos passariam a exigir a devolução do antigo Xá para julgamento por crimes de responsabilidade. O falecimento de Pahlevi não resolveria o impasse. Com os bons ofícios da Argélia, depois de quase um ano, os reféns seriam libertados em troca de um acordo econômico, que liberaria cerca de 8 bilhões de dólares de bens do país.

Vance sempre se opusera a esse tipo de operação, porque temia provocar a antipatia dos regimes islâmicos e aproximar o Irã da URSS. O plano fora decidido quando ele estava de férias, por sugestão de Brzezinski. Com a aprovação de Carter, Vance apresentaria seu pedido de exoneração, antes do início da operação militar. Desta vez, o tempo lhe daria razão<sup>1</sup>. Seria sucedido pelo Senador Edmund S. Muskie, que, coincidentemente, além de advogado, também servira na Marinha durante a II Guerra.

Como Carter, considerado como o melhor ex-Presidente dos Estados Unidos, Vance retomaria novas atividades diplomáticas, a serviço da Organização das Nações Unidas<sup>2</sup>. Durante os anos 90, Vance dedicaria-se a participar das negociações de paz na antiga Iugoslávia, desde a proposta de um cessar fogo na Bósnia, ainda em 92, até as negociações de paz entre a nova República da Macedônia e seus vizinhos, especialmente a Grécia. Em 93, formularia em parceria com o representante da União Européia, Lorde Owen, uma proposta em que a Bósnia ficaria dividida em uma federação étnica com dez cantões. No entanto, o plano não prosperaria, em função de interesses divergentes entre os Estados Unidos e a Iugoslávia. A Guerra da Bósnia, iniciada em 92, só seria encerrada com o Acordo de Dayton, no final de 1995, com o estabelecimento de duas entidades administrativas – República Sérvia e Federação Bósnia-Croata –, sob o encargo de uma força internacional de 40 mil homens. Ainda em relação à Macedônia, no final de 99, Vance entregaria o cargo de negociador à ONU, alegando questões pessoais – já estaria bastante debilitado pelo mal de Parkinson. Na primeira quinzena deste ano, Vance faleceria, tendo sido um dos mais hábeis negociadores americanos do pós II Guerra.



<sup>1</sup> MCDUGALL, Walter. Back to Bedrock: the eight traditions of American Statecraft. *Foreign Affairs, USA*, v.75, n.2, mar/apr.1997. O autor aponta que a exoneração se dera em função da retomada de política de contenção em relação à URSS, por causa da invasão do Afeganistão.

<sup>2</sup> Embora a gestão Carter seja considerada como ligada à defesa dos direitos humanos, inclusive com um grau de sinceridade política incomum entre presidentes americanos, foi a partir da segunda metade de seu mandato que as forças conservadoras do Partido Democrata passaram a ter mais influência, ao elevarem o orçamento militar e endurecerem nas negociações diplomáticas. Segundo reportagem do New York Times, de março de 2001, de Diana Schemo, em 1978, o Embaixador americano no Paraguai, Robert White, comunicou a Vance que o Ministro-Chefe da Casa Civil do país dissera-lhe que uma base americana no Panamá era utilizada para centralizar e compartilhar informações da Operação Condor – oficialmente, constituída para combater o terrorismo, mas utilizada para perseguir os adversários das ditaduras militares.